



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO **Nº 2/2011**

Reunião ordinária da Assembleia Municipal
Realizada em 11 de Fevereiro de 2011

M O Ç Ã O

UMA POLÍTICA DE INJUSTIÇAS, DECLÍNIO E RETROCESSO QUE É NECESSÁRIO TRAVAR

No quadro da agudização da crise que o país atravessa, a entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2011 e o conjunto de medidas que o acompanham – do ataque aos rendimentos dos trabalhadores e das famílias, ao corte do investimento público e à destruição de serviços públicos – não só não veio pôr cobro, como falsamente foi invocado, à especulação e chantagem financeira sobre o país como se constitui num factor acrescido de recessão económica e dependência externa. A quebra real dos salários e rendimentos de trabalho (imposta pelo roubo dos salários na administração pública e no sector público empresarial, pelas reduções em sede de IRS das deduções específicas e pela violação do valor acordado para o aumento do salário mínimo nacional), o congelamento das pensões de reforma, o aumento do custo de vida (decorrente do acréscimo do IVA, e dos preços do pão, dos transportes, da electricidade e combustíveis, das taxas do Estado, entre outros) a par dos cortes sociais e do ataque aos serviços públicos (nos apoios aos idosos, às famílias e aos desempregados), representam um brutal agravamento das condições de vida para milhões de portugueses, de aprofundamento das desigualdades e de alastamento da pobreza. Uma situação tão mais inquietante quanto se amplia o número de desempregados (com um número real próximo dos 800 mil que constitui o valor mais elevado desde o fascismo), se amplia a precariedade e a desregulação do trabalho num processo que visa a acumulação dos lucros pelo capital conseguida à custa do aumento da exploração dos trabalhadores.

É hoje claro que não há solução para os problemas nacionais insistindo nas políticas que conduziram o país à actual situação. As previsões anunciadas pelo Banco de Portugal de uma quebra de 1.3% do PIB e as estimativas de aumento do desemprego para 2011, constituem, no quadro de uma balança comercial cada vez mais deficitária, um inquietante sinal da crescente dependência externa do país e da sua vulnerabilidade face à especulação dos “mercados financeiros” e aos ataques à soberania nacional. Em nome do défice e agora a pretexto das consequências das medidas para o combater, PS, PSD e CDS-PP preparam, com o patrocínio do Presidente da República e obedecendo às determinações da União Europeia, novos ataques aos interesses nacionais e aos direitos e rendimentos dos trabalhadores e do povo.

As novas alterações à legislação do trabalho, reclamadas pela União Europeia e pelo grande patronato, que o governo tem em preparação, a privatização da participação do Estado em empresas estratégicas são, a par da operação de preparação da opinião pública para outros e inevitáveis sacrifícios, expressão dessa nova e mais grave ofensiva.

Merece também denúncia a atitude de capitulação perante os interesses estrangeiros e a operação destinada à aceitação da falsa inevitabilidade da entrada porta dentro do FMI com o seu cortejo de exploração e inaceitáveis imposições. Não é dessa cínica “ajuda externa” com o que ela significa – despedimentos em massa, maiores roubos nos salários, mais impostos para quem trabalha, menos apoios sociais, menos serviços públicos, dependência e subordinação absoluta ao estrangeiro e ao grande capital financeiro – que Portugal precisa. Uma “ajuda” que apenas significaria ampliar a dramática intensificação da política e medidas que PS e PSD e Cavaco Silva concretizaram por via dos PEC e do Orçamento.

Mais injustiça social, exploração e sacrifícios sobre quem trabalha e vive dos seus rendimentos, protecção e favorecimento ao capital financeiro e às grandes fortunas, eis o que PS, PSD e CDS têm para oferecer ao país.

A resolução dos problemas nacionais e a melhoria das condições de vida dos portugueses é inseparável de uma ruptura com a política de direita e da concretização de uma política patriótica e de esquerda ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país.

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro, reunida em sessão decide:

1. Solidarizar-se com os trabalhadores portugueses em luta contra as injustiças sociais e a nefasta política económica e social seguida pelo actual Governo PS com o beneplácito do PSD e do CDS/PP;
2. Afirmar que o que país preciso é de uma política que promova o crescimento económico, valorize e dinamize o mercado interno, assegure uma justa distribuição do rendimento nacional, promova a elevação dos salários e das pensões de reforma indispensável à elevação das condições de vida dos trabalhadores e dos portugueses;
3. Afirmar que o que o país precisa é de uma política que defenda os interesses nacionais, que recupere o controlo pelo Estado dos principais sectores estratégicos, que afirme a soberania nacional.
4. Afirmar que o que o país precisa é de uma política que rejeite com firmeza as pressões e ingerências externas, que faça frente à chantagem dos “mercados financeiros”;
5. Afirmar que o que o país precisa é de uma decidida opção por uma ruptura e mudança com o rumo imposto nas três últimas décadas pela política de direita e pela construção de uma política patriótica capaz de assegurar um Portugal de progresso, desenvolvido e soberano.

Aprovada por maioria, com 22 votos a favor da CDU e do BE e 13 votos contra do PS e do PSD.

O Presidente da Assembleia Municipal



Frederico Pereira